

Cadernos

IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 376 | vol. 23 | 2025



**Uma reflexão ético-político-filosófica
da alteridade negada no cárcere**

Gabriel dos Anjos Vilardi

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 376 | vol. 23 | 2025

**Uma reflexão ético-político-
filosófica da alteridade
negada no cárcere**

Gabriel dos Anjos Vilardi

Jesuíta, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito
Público da Unisinos e membro do Instituto Humanitas Unisinos - IHU



Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXIII – Nº 376 – V. 23 – 2025

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Ilustração da coleção digital da Wellcome Library | Public Work by Cosmos

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Uma reflexão ético-político-filosófica da alteridade negada no cárcere

Gabriel dos Anjos Vilardi

RESUMO: A Ética da Alteridade, concebida por Emmanuel Levinas como filosofia primeira, oferece a possibilidade de pensar outramente a relação humana para além do ser e da ontologia. A epifania do Rosto rompe a Mesmidade e ordena à subjetividade ética a responsabilidade e a justiça perante Outrem. Por sua vez, a Ética da Libertação, de Enrique Dussel, propõe uma análise crítica do contexto socioeconômico a partir da realidade latino-americana. A globalização da exclusão e o sistema explorador-opressivo, enquanto Totalidade, geram alteridades violadas, entendidas como comunidades de vítimas. Assim, o presente trabalho busca considerar a alteridade negada no cárcere e os seus desdobramentos. Nesse sentido, a práxis da libertação passa pelo reconhecimento da situação de opressão de que se é vítima, bem como pela afirmação da força e unicidade próprias daqueles que sofrem a violência. Para que não se incorra em um reformismo superficial, o critério último da ação transformadora deve ser a comunidade de vítimas como protagonista dessa luta por libertação. Portanto, recuperar a dignidade inalienável do Rosto do Outro-encarcerado constitui um dever urgente e imperioso de toda humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade. Responsabilidade. Cárcere. Vítima. Libertação.

An ethical-political-philosophical reflection on alterity denied in prison

Gabriel dos Anjos Vilardi

ABSTRACT: The Ethics of Otherness, conceived by Emmanuel Levinas as a primary philosophy, offers the possibility of thinking differently about human relationships beyond being and ontology. The epiphany of the Face breaks Sameness and orders ethical subjectivity to responsibility and justice before Others. In turn, Enrique Dussel's Ethics of Liberation proposes a critical analysis of the socioeconomic context based on the Latin American reality. The globalization of exclusion and the exploitative-oppressive system, as Totality, generate violated otherness, understood as communities of victims. Thus, the present work aims to consider the otherness denied in prison and its consequences. In this sense, the praxis of liberation involves recognizing the situation of oppression of which one is a victim, as well as affirming the strength and uniqueness of those who suffer violence. To avoid superficial reformism, the ultimate criterion of transformative action must be the community of victims as the protagonist of this struggle for liberation. Therefore, recovering the inalienable dignity of the Face of the Other-incarcerated constitutes an urgent and imperative duty of all humanity.

KEYWORDS: Otherness. Responsibility. Prison. Victim. Liberation.



Uma reflexão ético-político-filosófica da alteridade negada no cárcere

Gabriel dos Anjos Vilardi

Jesuíta, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito Público da Unisinos e membro do Instituto Humanitas Unisinos - IHU

INTRODUÇÃO¹

Nos albores da terceira década do século XXI, a sensação de retrocesso pulsa desconcertantemente no coração da humanidade. Apesar de profusas e numerosas conquistas científicas e tecnológicas, o sabor amargo do fracasso pode ser percebido com facilidade em muitas partes do mundo. Mesmo nos países

1 Monografia apresentada em 2021 ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Filosofia, sob orientação do Prof. Dr. Nilo Ribeiro Júnior.

mais desenvolvidos e com alto poderio econômico-militar, a barbárie parece prestes a romper impiedosa e assustadoramente.

Ao redor do globo, alguns projetos autoritários de poder rondam a espreita, apenas aguardando o mínimo sinal de cansaço das envelhecidas democracias ou de fragilidade das mais novas, para tomar o controle com suas totalitárias e vazias promessas de segurança, fundadas no medo da alteridade. O medo, esse terrível e manipulável sentimento humano! Esse mesmo medo que enfraquece as relações e distancia as pessoas e as nações da busca permanente pelo bem comum.

As duas Grandes Guerras Mundiais seguidas pelo tenso período de Guerra Fria não bastaram para consolidar as bases de uma convivência pacífica e solidária entre os povos. Hoje, vive-se aquilo que o Papa Francisco tem denunciado como a Terceira Guerra Mundial em pedaços, fragmentada em sangrentos conflitos regionais. Uma rápida análise no cenário global permite se deparar com os prolongados combates na Síria, no Afeganistão, no Iraque, no Sudão do Sul, na Líbia, no Iêmen...

Entretanto, não se trata apenas de meras turbulências internacionais. Internamente, as sociedades encontram-se divididas e polarizadas, cada vez mais fechadas em si mesmas. Os mitos da meritocracia e do desenvolvimento ilimitado resistem robustecidos pela ganância e pelo egoísmo propalados pelos poderosos mercados financeiros. Esses perversos mecanismos e o fato da política ser forte e crescentemente controlada pelo poder econômico aprofundam a alta concentração de renda e a desigualdade social dos países periféricos.

O Brasil, infelizmente, não destoa dessa lógica cruel, ávida a todo custo pela prosperidade financeira. Acontece que essa mentalidade insaciável por lucros produz severas consequências ao gerar violência e muitas vítimas. Dentre elas, os encarcerados, reféns de uma Totalidade opressora e vingativa. Eis uma situação deplorável que desponta dos cárceres e arrasta-se há muitas e vergonhosas décadas.

Como proposta dessa monografia, pretende-se enfrentar a questão a partir de duas éticas marginais, críticas à filosofia tradicional. Na primeira parte, utiliza-se o pensamento da alteridade desenvolvido pelo filósofo judeu Emmanuel Levinas. Para ele, o encontro no face a face faz com que a responsabilidade e a justiça antecedam a verdade e o conhecimento. O Rosto do Outro suscita uma Palavra que é mandamento e, portanto, compromete e engaja a subjetividade ética. O Mesmo acolhe, como hospitalidade, o inapreensível que escapa a si e se revela totalmente Outrem.

Segundo essa compreensão anti-hegemônica, que pretende ser um freio à violência ególotra do ser humano, o Rosto precisa assumir uma “carne”, uma concreitude histórica. Com esse objetivo, no segundo momento deste trabalho apresentam-se a Ética da Libertação e o seu panorama crítico das sociedades latino-americana e brasileira, com suas enormes injustiças sociais. O “terceiro” de Levinas torna-se uma comunidade de vítimas, protagonista principal da autolibertação.

Por fim, na última parte, optou-se por aprofundar a realidade carcerária e sua dignidade vulnerabilizada, conforme uma breve análise ético-político-filosófica. Após uma visão geral do contexto prisional do país, a reflexão detém-se no Outro-encarcerado e violentado.

A partir da experiência do encontro com essa alteridade negada, vislumbra-se uma comunidade de vítimas que resiste na luta pela vida em meio a muitas forças da morte.

De acordo com a práxis sistematizada por Enrique Dussel, discorre-se sobre o processo de libertação e as demandas por conscientização da situação de opressão, juntamente com o reconhecimento da positividade representada pela cultura das vítimas. Aponta-se que o critério último da ação transformadora, comportando sempre alguma necessária e saudável dose de utopia, deve ser a comunidade dos encarcerados. Trata-se, pois, de um dever ético de todos os membros da sociedade: garantir a preservação da alteridade no cárcere. Ademais, negar qualquer alteridade implica negar toda alteridade.

I. ÉTICA DA ALTERIDADE EM EMMANUEL LEVINAS

Enquanto Heidegger pretende recuperar o “ser do esquecimento”, Emmanuel Levinas coloca em xeque a supremacia do “Eu” e denuncia com lucidez o “esquecimento do outro” no pensamento filosófico ocidental. Em contrapartida, propõe uma ética pós-metafísica “para além do ser” e da obsessão ontológica. Uma oposição ao pensamento da totalidade e a filosofia da história de Hegel.

Observa que “a racionalidade pura da justiça em [...] Hegel consegue fazer pensar a singularidade humana como irrelevante e como se não fosse a singularidade de uma unicidade, mas de uma individualidade

anônima” (Levinas, 2014, p. 35). A propósito, trata-se de traço característico da modernidade: o solitário individualismo.

Como filosofia primeira, será anterior a toda e qualquer ontologia. Nesse sentido, “o filósofo denuncia a *tiranía do discurso* ou *violência* identificada ao sistema” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 152), para quem Heidegger representa o seu principal expoente, e “constata que essa *violência* pervade todos os níveis da experiência do ser” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 152).

Com sua obra, o autor pretende buscar “um significado de sentido que, originariamente, não é tema, não é objeto de um saber, não é o ser de um ente, não é representação” (Levinas, 2014, p. 27). Em uma sociedade em que a tecnociência e o capitalismo financeiro ditam as normas socioeconômico-políticas, a ética levinasiana revela-se extremamente atual, porque provoca o deslocamento do Mesmo.

Ademais, seu pensamento resgatou a centralidade que está “no humano, no fato inicial de que o homem importa para o outro homem” (Levinas, 2014, p. 31). Ciente de que suas “propostas não têm a pretensão ao exclusivismo das filosofias da história” (Levinas, 2014, p. 30), o pensador oferece um humanismo do outro homem, com um novo sentido do humano. São reflexões desafiadoras de uma compreensão que traz como paradigma o excesso de si.

Em sua principal obra, *Totalidade e Infinito* (1961), o filósofo franco-lituano apresenta outra perspectiva ao falar da ética como ótica espiritual. Ou seja, uma ética da não indiferença em relação ao Rosto, que rom-

pe com o estado de barbárie da pura indiferença. Esse pensamento se contrapõe às éticas teleológica e deontológica, focadas no agir e no dever, respectivamente.

No seio da interioridade existem dois estágios distintos que formam uma zona fronteira. O primeiro refere-se a uma interioridade complacente consigo, chamada de animalidade racional. Nesta separação entre o “Eu” e o mundo há fruição prazerosa daquele que está voltado para si. No segundo estágio, acontece uma subversão em que, na radicalidade do encontro, irrompe a humanidade. Só então, com esse evento, em que, no surgimento do heterônimo o Mesmo se implica, instaura-se uma nova possibilidade. Como sintetiza Ribeiro Júnior (2005, p. 17), “diante do Rosto, viver significa ‘um-para-o-outro’ na justiça, antes de ser um viver-com-o-outro no ser ou em vista do Bem”. Assim, fica evidente o caráter dialógico dessa relação que está sempre aberta ao inusitado.

De origem judaica, em sua longa vida (1906-1995) o autor viveu os horrores dos regimes totalitários do século XX. Especialmente marcado pela destruição nazista, escapou do holocausto, *Shoah*, mas em sua filosofia permaneceram as reverberações desse experimento de dominação humana. É um pensamento contrário à “filosofia da violência” que “reduz o desejo à *necessidade*” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 153).

Sua posição será uma “tentativa de responder ao dilema da *destruição da linguagem* e do eu, como efeito da *redução do Outro ao Mesmo*” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 146). Um autocentrismo empobrecedor e autoritário, sobrecarregado de si, em que “a vida mesma do indivíduo se constitui como ‘violência’”. Pura tentativa de aniquilamento da alteridade.

A autorreferencialidade produz uma vida tão estéril que “o vivente é essencialmente o Mesmo e o Mesmo determina o outro sem que o outro determine jamais o Mesmo” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 155). Aqui há somente imposição da homogeneidade que gera achatamento da própria individualidade. E nesse movimento de subjugação “o *eu a-social* é, desde então, considerado a causa ou a raiz última da violência imposta ao outro” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 155).

Por isso, sua contundente crítica a Heidegger pela sua omissão, porque “*la luz y el sentido sólo nacen con el surgimiento y la posición de existentes en esa horrible neutralidad del existir*” (Levinas, 2004, p. 273). Ademais, sua filosofia rompe com essa neutralidade e promove o engajamento da subjetividade ao comprometê-la com seu interlocutor.

Mesmo reconhecendo o impacto do autor de *Ser e Tempo* em sua filosofia, Levinas (2004, p. 274) propugna a insuficiência de sua ontologia, pois “*la comprensión heideggeriana del Ser del ser –, se lo sustituye primordialmente por la relación de ser a ser, que no equivale sin embargo a una relación de sujeto a objeto, sino a una proximidad, a la relación con el Otro*”. Para além das categorias clássicas de sujeito e objeto, o filósofo fala sobre o irrepresentável e absolutamente Outro que, nessa relação assimétrica, condiciona a liberdade do Mesmo.

Essa dissimetria, por sinal, será a principal diferença com o pensamento de Martin Buber, que defende a reciprocidade na relação Eu-Tu. Para Levinas, não se verifica nenhuma equivalência entre as partes. Existe uma desigualdade inassimilável e intransponível que, por sua vez, remete à transcendência.

Isto porque “a partir da reciprocidade esquece-se que o ‘face-a-face’ é anterior à pergunta pela verdade, pois aquilo que se diz, ou o conteúdo comunicado, só é possível graças à situação ética do face-a-face em que o outro aparece antes mesmo de ser conhecido” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 154). De outra feita, pode-se dizer que a ética e a justiça são mais relevantes que a verdade. Junto com Franz Rosenzweig, ambos os filósofos judeus irão marcar significativamente a ética levinasiana.

Sem descartar a importância da matriz grega, ao afirmar que tudo pode ser traduzido nesta língua, Levinas nunca escondeu a enorme influência da tradição bíblico-hebraica na constituição do seu pensamento. Quando acusado de misturar o discurso filosófico com o religioso, não negou a sua intenção de apontar “a transcendência no pensamento natural, no acercamento ao outro” (Levinas, 2014, p. 36). Afinal, foi um crítico do resultado niilista da filosofia contemporânea. Todavia, defendeu que a religião possui um viés distinto da filosofia, qual seja, a perspectiva da consolação.

Ao beber da fenomenologia de Edmund Husserl, defendeu uma revalorização dos profetas em sua ética do Rosto. Não sem ressalvas diz que “*pese a su intelectualismo y su certeza en cuanto a la excelencia del Occidente, Husserl habrá puesto así en cuestión el privilegio platónico, hasta entonces nunca discutido, de un continente que cree tener derecho a colonizar el mundo*” (Levinas, 2004, p. 272/273). Pensa uma subjetividade que não é englobada na totalidade, nem racional nem normativa do grupo. Ao ultrapassar o impulso controlador, assegura a soberania da alteridade e alarga horizontes.

Assim, sua ética da responsabilidade se desenvolve a partir da epifania do Rosto que ocorre no diálogo face a face. Levinas questiona, portanto, os fundamentos da ética hodierna como resposta à crise da modernidade. Nessa esteira, assevera Ribeiro Júnior (2005, p. 145) ao trazer o Rosto como “significação sem contexto”:

Ao pretender contrapor-se ao equívoco das filosofias pós-modernas derivadas das ciências modernas que desconstroem a metafísica – mas fazem a apologia do pluralismo de sentido –, Levinas anunciará a situação original da relação ética com o outro como a única possibilidade do retorno do ‘sentido’. [...] Diante do Rosto do Outro emergem as ‘normas da moral como juízo e sentido de todas as significações, linguagens e culturas’.

Não se trata de um Rosto silenciado, inerte, imóvel. Mas de um Rosto que se faz palavra e se expressa. O Outro, que afeta e questiona, suscita no eu um comprometimento como obediência. Pois “na relação com o outro se realiza a verdadeira justiça como resposta ao seu mandamento” (Ribeiro Júnior, 2005, p.147), que, sem se impor, limita e coloca os parâmetros da justiça. Deparar-se com o Rosto é ouvir “a primeira palavra ‘não matarás!’” que “não se deixa reduzir a uma simples regra de conduta” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 148). Ou seja, é o Outrem que desperta na subjetividade uma obrigação ética, um dom de si a ser oferecido.

Há uma superação da ética eudemonista voltada à felicidade do eu, com a afirmação da lógica da gratuidade, uma vez que

[...] a *relação com o Rosto* como relação ética anterior a qualquer bem que proceda do interior da ação do sujeito e da consciência moral. O *Bem* não pode ser buscado senão como *desejo* e desejo que não pode ser reduzido ao

Mesmo porque o *Outro* está para além do ser. A felicidade é, pois, felicidade de bem viver para o *Outro*, sem esperar nenhuma recompensa como ‘martírio’ do Mesmo (Ribeiro Júnior, 2005, p. 116).

Em uma sociedade majoritariamente egoísta voltada para o bem-estar e o sucesso pessoal, uma ética que renuncia a satisfação própria em detrimento da felicidade do *Outro* beira ao absurdo. No mínimo, desconcertante. Trata-se, pois, de uma ética “para além da visão e da certeza”, contrária à categorização e objetivação das situações. A *eudaimonia* é substituída pela “paz (*shalom*) do *Outro* colocada no interior do Mesmo” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 17). Em outras palavras, uma ética da alteridade, que não gira em torno de si e nem se ocupa apenas da sua autorrealização.

Há, pois, uma outra perspectiva, em que a felicidade não é o fim do sujeito, mas “o ‘eu’ encontra-se numa situação ética em que é *bonificado* pelo encontro com o outro humano”. Esse *Outro* que irrompe diante do Mesmo, ultrapassando a permanência na mesmidade (razão), “é *revelação*/Desejo e lei que lhe ordena realizar o bem do *Outro* ou sua *redenção* na virtude da paciência e do amor” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 117). Portanto, sucede-se uma transformação significativa, na medida em que “a justiça como discurso ético opõe-se ao *discurso da felicidade* da filosofia da totalidade ou da história” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 150) e antecede todos os demais discursos.

Como diz Levinas (2004, p. 275), a ideia de infinito vem de Descartes para quem “*el Yo que piensa posee la idea de lo infinito: la alteridad de lo Infinito no se amortiza con la idea*”, em uma crítica a Platão. Indo além da filosofia cartesiana, o filósofo judeu aponta a origem do

desejo ao provocar: “*un pensamiento que piensa más de lo que cree pensar, ¿qué es esto sino Deseo?*” (Levinas, 2004, p. 276).

Trata-se do desejo do Outro que é insaciável e abre ao infinito. Nesse sentido, Levinas (2012, p. 49) acrescenta que “o Desejável não preenche meu Desejo, mas aprofunda-o, alimentando-me, de alguma forma, de novas fomes”. Não se trata aqui de uma necessidade calculada, de um interesse forjado ou de uma busca condicionada. Mas é nesse encontro com o Outro que está o sentido da própria existência. Uma verdadeira dinâmica centrípeta, para fora de si.

Pode-se dizer que a crise da linguagem é superada pela linguagem ética, anterior à linguagem do *logos*. Ou seja, a responsabilidade pelo Outro, princípio de individuação, é anterior à própria liberdade. De outro modo, “o que se revela nessa linguagem é seu antagonismo ao primado do discurso impessoal da razão uma vez que, *filosofia do poder, a ontologia, como filosofia primeira que não coloca em questão o Mesmo, é uma filosofia da injustiça (TI 38)*” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 147).

A humanização do ser humano ocorre pela ética (lógica da paz), “enquanto a linguagem é dada pela palavra do outro” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 149). Mas, poder-se-ia perguntar: não há violência por parte do mandamento do Rosto? Não haveria mera substituição do Mesmo pelo Outro? Ou ainda uma “totalidade da alteridade”?

As respostas às indagações são negativas. Isto porque Levinas introduz a categoria de “eleição” na sua teoria ética. Conforme preleciona Ribeiro Júnior (2005, p. 150) a esse respeito, nesse confrontar-se, “o outro

interrompe o conhecimento, a reciprocidade e o re-conhecimento a que a liberdade poderia pretender sobre ele". O Outrem que não pode ser reduzido à totalidade e nem sequer adestrado.

Justamente nesse momento "seu mandamento pela Palavra/revelação elege a subjetividade". Por isso, não existe uma ordem pré-estabelecida e "onde a *subjetividade* aparece como *an-árquica*, ou sem fundamento em si, ou no ser ou na razão, a ética identifica-se com o *discurso da justiça*", sempre comprometida com o terceiro.

Na tessitura da ética levinasiana, contudo, não se almeja à destruição da individualidade. Ao contrário, para que aconteça o acolhimento desinteressado da exterioridade desprezada, o "Eu" não pode se diluir, desaparecendo. A saída incondicional de si rumo a Outrem, superando a solidão pessoal, implica na manutenção de uma distância abissal entre ambos. Só assim o totalmente imprevisível pode ser recebido pela individualidade.

Então, não se está diante de violência, mas de responsabilidade perante o diferente. Responsabilidade que devolve a unicidade à subjetividade. De outra forma, "a lei do Rosto não me violenta porque deixa espaço à minha palavra-resposta como obra de justiça". Como já afirmado há uma tensão dinâmica, pois "a lei do outro se revela como uma oposição anterior à minha liberdade e a coloca em movimento". Esse deslocamento "desencadeia um dinamismo na subjetividade que a faz ser um 'existir para o outro' (TI 292) como 'bondade' (TI 243)" (Ribeiro Júnior, 2005, p. 159).

Há um engajamento do Mesmo pela justiça do Outro, não pela arbitrariedade ou subserviência humilhante. O Rosto possibilita essa fidelidade, uma vez que “na proximidade o eu se justifica na ‘consciência da obrigação’ à palavra do outro pela atividade da justiça”. Esta “não é senão o cuidado pelo bem e pela felicidade daquele que o ordena” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 161/162). Nisso compreende a autonomia da subjetividade.

O filósofo critica a autonomia baseada na razão como princípio supremo, na complacência do ser consigo mesmo. Esclarece que “*la libertad que vive en función de la conciencia se inhibe ante el Próximo, cuando en verdad miro fijamente, con franqueza, sin artimañas ni evasivas, sus ojos desarmados, absolutamente desprovistos de protección*”. A estranheza do Outrem ativa o Desejo daquilo que escapa a qualquer esquema e ordenação prévios.

Diante do Outro não há fuga, porque “*la conciencia moral es, precisamente, esa franqueza*” (Levinas, 2004, p. 275). Logo, “*lo infinito en el rostro no aparece como una representación*” ou apreensão do real, mas “*cuestiona mi libertad, que se descubre asesina y usurpadora*” e “*este descubrimiento [...] es por entero heteronomía*” (Levinas, 2004, p. 276). Um viver *outramente*, no descentramento de si diante de uma enigmática presença.

Por outro lado, essa perda “da espontaneidade da liberdade como violência faz emergir uma subjetividade vulnerável” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 149). É uma ética que, depois da destruição causada pela força do nazifascismo, não se amedronta em afirmar uma relação esteada na franqueza e na fraqueza do ser humano. A debilidade não precisa ser travestida de força.

Por que não? Porque “o Rosto que me olha me afirma excluindo o domínio que eu exercia sobre ele” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 167). A alteridade reafirma a humanidade do Mesmo. Não há espaço para o extermínio, pois “o face-a-face é, assim, uma impossibilidade de negar o outro, é uma negação da negação” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 167). Esse radical compromisso desencadeado pelo “Rosto [...] é condição de possibilidade ética para que o próprio ‘eu’ idêntico a si possa ordenar ao outro que ‘me’ dê uma ordem ou mandamento, isto é, o ‘eu’ pode mandar que o outro o mande” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 167). Ora, a própria subjetividade coloca-se em interrogação.

Considerando seu posicionamento crítico às éticas eudaimonistas, não faria sentido o filósofo judeu privilegiar o indivíduo em detrimento da coletividade. Para Levinas (2012, p. 49), o Desejo do Outro é socialidade, pois “escutar o Rosto é ‘escutar justiça social’ (DL 21)” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 163). Essa dimensão não está excluída de sua ética porque “o imperativo do Rosto ordena a justiça social, pois encontrar-se com o outro é deparar-se com o terceiro” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 163.). Logo, não se trata de cingir-se a um particularismo extremo, ao contrário “a exigência da *justiça* se estende a *todo homem* e não se restringe a um Rosto” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 163.).

Por ter experimentado pessoalmente, Levinas aponta o risco de formação de um Estado autoritário que rejeita a dignidade das subjetividades éticas. Conforme explica Ribeiro Júnior (2005, p. 152):

[...] o Estado é visto como lugar da unificação das liberdades é o referencial último do sujeito como aut-arquia. O diferente, o separado, o outro são tomados como ameaça ao sistema

ou à razão, ou vistos como hostis à totalidade. Dentro do sistema, a maior violência que se pode fazer ao outro é ignorá-lo como outro. Ignorá-lo significa o mesmo que englobá-lo no discurso sem palavra em que o outro passa a ser definido a partir do gênero, da universalidade da razão etc.

Apesar de reconhecer a possibilidade da encarnação da violência nas instituições estatais, econômicas e religiosas, o filósofo não as descarta. Mesmo porque seria muita ingenuidade defender um modelo de vida em sociedade que prescindisse totalmente dessas mediações. Sem deixar de reconhecer a relevância desse aparato organizativo, Levinas reforça que a responsabilidade pelo terceiro é sempre anterior à liberdade e independe de qualquer estrutura externa (Ribeiro Júnior, 2005, p. 169). Como um aviso constante em sua obra, o filósofo fala do risco da violência institucionalizada:

A liberdade necessita do Estado e a consciência moral sozinha não dá conta de conter a violência. Entretanto, no ideal do Estado moderno, a *subjetividade* é reduzida ao *anonimato da política*. Na política há sempre ‘o risco de a lei escrita se tornar uma outra tirania ou violência, aliás, bem mais, contrária às liberdades’ [...] (Ribeiro Júnior, 2005, p. 154).

Por isso, o autor insiste que através do Rosto o Mesmo, como criatura, deve aprender “não apenas que foi criada pelo outro, mas que é potência obediencial (capacidade) para responsabilizar-se por ele” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 168). Há uma aprendizagem que constitui a liberdade do “eu”. Nessa lógica do dom o “eu” é hospitalidade para o Outro. Como unicidade que se faz acolhimento “é insubstituível na resposta pelo mandamento que vem do outro” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 169).

E a partir dessa responsabilidade se dá a “justiça do único que hospeda em si o apelo do Rosto” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 169).

É inegável que “a força da filosofia da alteridade, onde a infinitude de Outrem atravessa a própria subjetividade, remete para o além da essência” (Sayão, 2003, p. 61) e abre uma brecha na totalidade, conforme uma razão pré-originária. Destarte, “a subjetividade anfitriã jamais poderá ser considerada como resultado das estruturas do inconsciente, como produto do meio social, do contexto, da cultura, da ‘linguagem como sistema de signos’ (TI 193, 228)” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 169). Está, portanto, para além de qualquer ontologia ou contrato social.

A dignidade da individualidade é revelada sempre pelo Outro. Trata-se de um Outrem que, como supramencionado, é terceiro e constitui-se como justiça social. Ora, “na situação social, diante do ‘terceiro’, a subjetividade aquém da reflexão sobre si recebe a lei que procede do Rosto que fala, clama e reclama justiça” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 158). Obviamente, jamais uma justiça cega à epifania do Rosto. Isto porque como alerta Levinas (2014, p. 35) “a justiça inseparável das instituições, e assim também da política, corre o risco de levar a desconhecer o rosto do outro homem”.

Isso ocorre não em um contexto neutro ou abstrato, mas na concretude da realidade, com todas as suas exclusões e injustiças socioeconômicas. Logo, desconsiderar a “carne’ do Rosto seria desconsiderar a própria alteridade, porque “a relação com outro não pode abstrair-se da situação social que é por sua vez indissociavelmente corpórea e econômica” (Levinas,

2014, p. 164). Pensar outramente passa por uma justiça que engloba uma multiplicidade diversa de Rostos de muitos Outros.

II. ÉTICA DA LIBERTAÇÃO EM ENRIQUE DUSSEL

A filosofia da libertação foi gestada na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, juntamente com a sua vertente teológica. Para além de um pensamento puramente dogmático e eurocêntrico, esse movimento filosófico concebe a “filosofia em situação” a partir do contexto histórico-cultural latino-americano. É uma forma de pensar que valoriza as periferias oprimidas em detrimento do centro dominante.

De outro modo, trata-se de uma filosofia que, para além dos referenciais teóricos, compromete-se com uma práxis da libertação. Apresenta um pensamento engajado que possui como parâmetro último o próprio povo latino-americano. E, por meio de suas análises críticas, questiona um sistema que exclui, escraviza e mata uma maioria explorada e historicamente silenciada.

Uma perspectiva filosófica que desinstala e não se furta de colocar em xeque a longa história da filosofia tradicional, conforme aponta o manifesto da *Revista Latinoamericana de Filosofía*, em seu número 3:

O pensar filosófico que não assuma uma postura crítica acerca de seus condicionamentos e não se lance historicamente no esclarecimento e na libertação do povo latino-americano é agora, mas o será muito mais no futuro, um pensar decadente, supérfluo, ideológico, encobridor, desnecessário (Pinto, 2007, p. 221).

Dentre os inúmeros filósofos da libertação que muito contribuíram para aprofundar um pensamento latino-americano crítico, Enrique Dussel deu sua valiosa contribuição ao desenvolver com ousadia a obra *Ética da Libertação* (1998). Nela, o autor propõe-se a defender uma ética do cotidiano, numa tentativa de superar as abstrações teóricas vazias e desconectadas da realidade de opressão que vive grande parte do continente.

Ele parte do “*modo de realidade* de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação” (Dussel, 2012, p. 11). Defende que, diante de um capitalismo selvagem e cruel, “esta Ética seja uma ética de afirmação total da vida humana ante o assassinato e o suicídio coletivo para os quais a humanidade se encaminha se não mudar o rumo de seu agir irracional” (Dussel, 2012, p. 11).

Como um forte grito de denúncia afirma que “a *Ética da libertação* pretende pensar filosófico-racionalmente esta situação real e concreta, ética, da maioria da humanidade presente, próxima de um conflito trágico de proporções nunca vistas na história da espécie humana, filogeneticamente falando” (Dussel, 2012, p. 11). Não é difícil perceber as tragédias anunciadas, que já são em parte realidade, como a crise climática, a migração em massa de refugiados, as pandemias globais...

Como não poderia deixar de ser, o filósofo argentino busca contextualizar o ambiente em que insere a sua ética-crítica: um mundo pós-queda do Muro de Berlim e após a derrocada do bloco socialista capitaneado pela URSS, em que o capitalismo parece finalmente ter triunfado como única e incontestável possibilidade. Ao colocar a pergunta, um inegável mal-estar parece irromper avassaladoramente: “ter-se-á, afinal, realizado

a ‘revolução liberal mundial’ diante dos olhos atônitos das multidões empobrecidas e excluídas por milhões do tal festim?” (Dussel, 2012, p. 544).

Com uma dose de realismo chocante, Dussel (2012, p. 15) expõe que sua ética “não pretende ser uma filosofia crítica para minorias, nem para épocas excepcionais de conflito ou revolução”. Não se trata de mera utopia vazia, desprovida de fundamento teórico, ainda que reconheça a importância de se preservar o seu papel. Ele ensina que “esperança na utopia possível abre o espaço que cobre a distância entre a factibilidade e sua efetiva realização” (Dussel, 2012, p. 564). Frisa que diante de tanta destruição “é uma utopia da vida que pretende vencer as utopias da morte” (*idem, ibidem*, p. 564) e que os oprimidos as necessitam, porque são elas “que justificam a existência das vítimas” (*ibidem*, p. 564).

Com a prevalência de um sistema econômico que parece jamais arrefecer sua fúria insaciável, o filósofo almeja refletir “desde e em favor das *imensas maiorias da humanidade excluídas da globalização*, na presente ‘normalidade’ histórica vigente” (Dussel, 2012, p. 15). Infelizmente, mesmo em tempos pandêmicos de Covid-19, o “novo normal” vai se desenhando na velha esteira da manutenção do *status quo*.

As elites locais, em consonância com o capital financeiro global, agem para a perpetuação confortável de suas ideologias nas mais diversas esferas, sejam políticas, sejam econômicas, culturais ou religiosas. Seu pensamento remete à hegemonia de uma totalidade branca, eurocêntrica e colonial que tem aversão à pluralidade e à divergência.

A racionalidade que informa este sistema é cínica e só está interessada na mão de obra barata e cativa que lhe servirá, bem como no potencial mercado consumidor a ser conquistado. Todavia, é imperativo afirmar-se a “subjetividade independente do ‘sistema’” e da sua utilidade para o mesmo, que nunca “não é só um ‘fim’ – como a pessoa kantiana – mas é um sujeito que *põe e julga os fins*” (Dussel, 2012, p. 583).

Os modos de vida alternativos adotados por alguns povos originários, baseados em uma economia solidária e de partilha, juntamente com a preservação do meio ambiente, causam um incômodo intolerável aos donos do poder. Estes usam de todos os artifícios legais e ilegais para tomar suas terras e interferir em suas culturas, desejando, inclusive, seus extermínios. Afinal, a sobrevivência desses exemplos concretos e mensuráveis constitui prova cabal da viabilidade de outros padrões de desenvolvimento. Uma ameaça ao sistema vigente!

Não há espaço para os descartados desse modelo excludente: as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, os LGBTQIA+, os refugiados, a classe trabalhadora, os sem-terra e as pessoas em situação de rua, os encarcerados... Por isso, essa permanente “morte das maiorias exige uma *ética da vida*, e seus sofrimentos nos levam a pensar e a justificar a sua necessária libertação das cadeias que as prendem” (Dussel, 2012, p. 17). São correntes que, por sinal, muitas vezes parecem inquebráveis.

Tal como a ética da alteridade, a “da libertação é uma ética da responsabilidade radical, já que se defronta com a consequência inevitável de toda ordem injusta: as vítimas” (Dussel, 2012, p. 572). É uma lógi-

ca perversa que privilegia o aumento exponencial do lucro em detrimento da vida humana e da destruição ecológica. Esta racionalidade instrumental, corrompida pela desmedida ganância humana, tem gerado ao longo dos séculos um imenso contingente de marginalizados, conforme preceitua Dussel (2012, p. 573):

Esta é a globalização de um *sistema formal performativo* (o valor que se valoriza, o dinheiro que produz dinheiro: D-D', fetichismo do capital) que se ergue como critério de verdade, validade e factibilidade, e destrói a vida humana, pisoteia a dignidade de milhões de seres humanos, não reconhece a igualdade e muito menos se afirma como re-sponsabilidade [sic] da alteridade dos excluídos, e aceita só a hipócrita exigência jurídica a respeito de cumprir o dever de pagar uma dívida internacional (fictícia) das nações periféricas pobres, ainda que pereça o povo devedor [...].

Vale asseverar que não se pretende jamais substituir o processo emancipatório de autolibertação dos oprimidos, oferecendo-se um caminho prévio e seguro, traçado de fora e do centro por intelectuais iluminados e superiores aos espoliados. De forma alguma há a ambição de se apontar um “marco teórico” para a liberdade. Mas, “o ponto de partida forte e decisivo de toda crítica [...] é a relação que se produz entre a negação da corporalidade (*Leiblichkeit*), expressa no sofrimento das vítimas, dos dominados [...], e a tomada de consciência desta negatividade” (Dussel, 2012, p. 313). Em síntese, o autor ensina a complexidade desta reflexão que se fortalece na conscientização da comunidade dos descartados:

Luta pelo reconhecimento de vítimas que operam transformações em diversas “frentes de libertação”, que esta Ética da Libertação fundamenta e legítima, podendo dar uma

certa orientação, a partir de critérios e princípios éticos, no dia a dia, para o exercício da práxis de libertação, desde as vítimas, de normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade, sem ter de esperar o tempo das revoluções quando estas são “impossíveis” (Dussel, 2012, p. 13).

Para o início do processo de libertação é preciso que o novo irrompa a partir do interior da comunidade excluída, superando, reitere-se, qualquer forma de paternalismo ou tutela exterior. Para Dussel (2012, p. 420), “a afirmação plena e positiva da própria cultura em nossos dias, no sistema mundial vigente [acontece] dois momentos prévios” distintos. Deve acontecer o “descobrimento, feito pelas próprias vítimas, primeiramente, da opressão e exclusão que pesa sobre a sua cultura” (Dussel, 2012, p. 420), ainda que auxiliadas por aliados de suas causas, como intelectuais e militantes.

Mas, mesmo que fundamental, tal conquista é insuficiente, por si só. Pois também é preciso que ocorra “a tomada de consciência crítica e autorreflexa sobre o valor do que lhe é próprio” (Dussel, 2012, p. 420). Ou seja, não se pode estancar no primeiro momento, sob risco de se incorrer em vitimização aprisionante no intransponível ciclo vicioso do sistema. Haveria, portanto, não libertação, mas somente depreciação subjugada e amargurada, sem qualquer tipo de conquista.

A valorização das idiosincrasias de cada grupo oprimido é indispensável e basilar para a consecução libertária. Em tempos de padronização empobrecedora da globalização agressiva, as especificidades locais são violentamente eliminadas. Uma cultura homogeneizada impõe-se desde os grandes centros das indústrias

mediática e tecnológica, controladas por um restrito clube de *holdings* financeiras transnacionais, pertencentes a um seleto rol de famílias bilionárias.

Revela-se essencial o rompimento da inércia e do corporativismo autoprotetivo do sistema que se faz totalidade, segundo Levinas. A alienação dos sujeitos sócio-históricos necessita ser enfrentada com a convicção da inaceitabilidade da existência de setores inteiros da população excluídos do desenvolvimento e bem-estar. Imprescindível é questionar-se o modelo de desenvolvimento adotado, uma vez que a explosão da desigualdade social se impõe como intolerável. Nesse sentido, desenvolve Dussel (2012, p. 302/303) esclarecedoramente:

Para a consciência cúmplice do sistema, as vítimas são um momento necessário, inevitável, um aspecto funcional ou ‘natural’ – como o escravo na pólis de Aristóteles ou os ‘menos favorecidos’ socioeconomicamente [...]. Para a consciência crítica, que só pode existir a partir de uma posição ética bem específica, e pelo exercício de um novo tipo de racionalidade (a razão ético-crítica) – entre outros aspectos esta ‘posição crítica’ coloca ao ator da mesma no perigo que corre o refém diante de possíveis ações coativas do sistema de eticidade – as vítimas são re-conhecidas como sujeitos éticos, como seres humanos, que não podem reproduzir ou desenvolver sua vida, que foram excluídos da participação na discussão, que são afetados por alguma situação de morte (no nível que for, e há muitos e de diversa profundidade ou dramatismo).

Não se pode negar que, mesmo em meio às crises, o mundo passou por ciclos de crescimento econômico considerável nos últimos tempos. A questão é: qual desenvolvimento foi este? Segundo relatório da Oxfam

Brasil (2020), lançado em 2020, o número de bilionários dobrou apenas na última década chegando à cifra estratosférica de 2.153 pessoas. Estes são mais ricos que 60% da população mundial (4,6 bilhões de pessoas), enquanto o 1% mais rico dos brasileiros possui 49,6% de toda a riqueza do país. Este índice é superior à média mundial, figurando o país no *ranking* das nações mais desiguais (UOL, 2021).

Assim, ainda que haja uma sensação de progresso social, a concentração de renda no Brasil fica a cada ano mais escandalosa. É evidente que “a alteridade das vítimas descobre como ilegítimo e perverso o sistema material dos valores, a cultura responsável pela dor injustamente sofrida pelos oprimidos, o ‘conteúdo’, o ‘bem’ (o que chamamos em outro trabalho *principium oppressionis*)” (Dussel, 2012, p. 315). Mas esse processo é demorado e entremeado por uma forte lógica pró-dominância, que encanta com falsas promessas. Nesses termos descreve Dussel (2012, p. 17) a possibilidade de engano frente ao discurso predominante:

Globalização-exclusão quer indicar o duplo movimento no qual se encontra presa a Periferia mundial: por um lado, a pretensa modernização dentro da globalização formal do capital (principalmente em seu nível financeiro – capital *fictício*, nos diz Marx); mas por outro lado, a exclusão material e o discurso formal crescente das vítimas desse pretensão processo civilizador.

O mesmo Estado que perpetua a concentração excludente de renda também mantém traços autoritários na América Latina, tal como criticou Levinas com o seu pensamento anti-Totalidade. Enquanto o filósofo judeu “havia vivido o *fanatismo heroico* nazista; nós vivemos o heroísmo fanático dos ideólogos da ‘civiliza-

ção ocidental e cristã', com suas 'guerras sujas', suas ditaduras militares [...], que permite tornar factível um capitalismo periférico em crise" (Dussel, 2012, p. 368). No Brasil, o cenário não é diferente.

Mesmo sendo uma obra do fim da década de 1990, a análise do trecho acima revela-se de uma atualidade inimaginável. Como negar essa realidade diante do discurso do governo Bolsonaro, eleito em 2018, com uma retórica da violência? Não se trata de um discurso camuflado, mas absolutamente direto e claro: a defesa de um Estado que deve exterminar alguns estratos da população que não se enquadram no conceito de "cidadão de bem", como os LGBTQIA+, os povos indígenas e quilombolas, os sem-terra e sem-teto, entre outros.

Diante dos diagnósticos aterradores, o risco é suavizar a práxis libertadora e assumir um discurso reformista, que busca alterações pontuais conservando a dominação estrutural. Provavelmente mais cômoda e menos custosa em termos de implicações, "a ação 'reformista' é aquela que cumpre com os critérios e princípios de um 'sistema vigente formal'; quer dizer, é uma ação como meio dentro dos marcos dos fins da razão instrumental de um sistema dado" (Dussel, 2012, p. 534). As respostas, dentro dessa lógica, seriam meramente cosméticas e superficiais.

Os filósofos da libertação rechaçam esta posição, para não enfraquecer a luta das comunidades oprimidas com o pretexto de concessões ínfimas e aviltantes. Trata-se de uma luta que "não é contra o capitalismo mas contra aqueles que, tendo sido críticos e pretendem ainda o ser, abandonaram a sua solidariedade te-

órica e prática com a comunidade de vítimas, embora digam o contrário – é ética, teórica e estratégica” (Dussel, 2012, p. 538).

Já a ação libertadora implica em algum nível de condenação e ruptura com o sistema, com as causas estruturais de opressão, pois o reformismo é conservador, enquanto “as transformações libertadoras são críticas, mas podem parecer materialmente idênticas às do reformista” (Dussel, 2012, p. 311). Todavia, diferentemente daquele, o critério último da ação transformadora será a comunidade oprimida.

Resta a indagação: como podem dialogar a ética da alteridade e a ética da libertação, ambas críticas a uma ética tradicional que é, em algum aspecto, conivente com a dominação? A genialidade do pensamento de Levinas que apresenta a responsabilidade pelo Outro como fundamento de qualquer relação encontra na ética da libertação a possibilidade de localizar esse Rosto em um contexto socioeconômico concreto.

Para Dussel (2012, p. 410), Levinas foi um obcecado por seus irmãos vítimas, que “testemunha com sua filosofia ético-crítica, no sistema vigente, a maldade do ser, quando se fecha ao outro”. Esse testemunho se deu, inclusive, na sua carnalidade de sujeito sócio-histórico pertencente ao perseguido povo judeu, ao ser preso em um campo de concentração nazista.

O Outro não é um outro qualquer, mas faz parte de uma comunidade de vítimas historicamente espoliadas, renegadas, marginalizadas. As situações de injustiça explodem na subjetividade ética, pois “a dor é o outro lado da pele, é a nudez, a mais desnuda de todo despojamento; existência que de sacrifício imposto –

sacrificado mais que sacrificante, porque precisamente constringido à adversidade ou a dor – é sem condição” (Levinas *apud* Dussel, 2012, p. 369).

Levinas trata dessa chaga exposta e latejante da *outridade* tornada vítima, em que “o desvelamento do rosto é nudez – sem forma – abandono de si, envelhecimento, morrer; mais desnudo que a nudez: *pobreza, pele desgarrada; pele desgarrada: pegadas do si-mesmo*” (Dussel, 2012, p. 370). Esse encontro no face a face de um Rosto desfigurado suscita “esta re-sponsabilidade, de *spondere*: ‘tomar a cargo’ – em latim – o outro, é anterior à decisão” (Dussel, 2012, p. 411). A supradesenvolvida precedência ética da alteridade!

Em outras palavras, a libertação passa pelo reconhecimento da dor dos inocentes, inseridos em uma situação de exclusão e frutos de um sistema opressor, que despertam uma resposta sempre a partir das vítimas. Assim, qualquer mera omissão incide já em uma conivente violação da dignidade dos descartados. Nesse sentido, discorre Dussel (2012, p. 529):

Na vítima, dominada pelo sistema ou excluída, a subjetividade humana concreta, empírica, viva, se revela, aparece como ‘interpelação’ em última instância: é o sujeito que já não-pode-viver e grita de dor. É a interpelação daquele que exclama ‘Tenho fome! Deem-me de comer, por favor!’. É a vulnerabilidade da corporalidade sofredora – que o ‘ego-alma’ não pode captar em sua subjetividade imaterial ou imortal – feita ferida aberta última não cicatrizável. A não resposta a esta interpelação é morte para a vítima: é para ela deixar de ser sujeito em seu sentido radical – sem metáfora possível: morrer. É o critério negativo e material último e primeiro da crítica enquanto tal – da consciência ética, da razão e da pulsão críticas. Aquele que mor-

rer ‘foi’ alguém: um sujeito, última referência real, o critério de verdade definitivo da ética. O outro é a vítima possível e causada por minha ação funcional no sistema.

Obviamente que toda ingenuidade deve ser afastada, na medida em que esse processo de libertação, *pari passu* com a conscientização da comunidade de vítimas, só acontecerá mediante uma longa e entranhada luta. Nenhuma conquista de direitos acontece desprovida de pressão reiterada e articulada dos interessados. Os opressores não fazem concessões gratuitas ou desinteressadas. Não há benevolência por parte do sistema. Pode-se dizer que, quando muito, para permitir a sua continuidade sem sobressaltos, algumas migalhas são oferecidas para aplacar a fome do contingente de miseráveis.

Diante da inevitabilidade do conflito, deve-se pontuar a legitimidade do enfrentamento das vítimas contra o sistema dominante. Como toda institucionalidade, nesse embate deparar-se-á com mecanismos de preservação da ordem estabelecida, inclusive mediante o uso da força. A violência, contra aqueles que exigem o respeito a sua dignidade e que suas vozes sejam consideradas, é inconcebível.

Tal fato invariavelmente desencadeará alguma reação de resistência que pode violar as normas em vigor. Essa oposição será mais do que justificada e imprescindível para a consecução das mudanças pretendidas e qualquer rechaço seu pode ser caracterizado como ilegítimo. Nessa ocasião, verificar-se-á o início daquilo que o filósofo da libertação chama de desmoronamento

moral do sistema. Se assim não fosse, a autolibertação seria inalcançável e ilusória. Vale observar a ponderação de Dussel (2012, p. 546) a esse respeito:

Para esses novos sujeitos sócio-históricos a coação “legal” do sistema vigente (que causa sua negação e os constitui como vítimas) deixou de ser “legítima”. E deixou de sê-lo, em primeiro lugar, porque tomam consciência de não terem participado do acordo original do sistema (e por isso começa a deixar de ser “válido” para eles); e, em segundo lugar, porque em tal sistema essas vítimas não podem viver (por isso deixa de ser uma mediação factível para a vida dos dominados).

A força dos poderosos, guardiões da estrutura injusta, não deve ser temida. Mesmo porque “o sistema vigente, com toda evidência, deve, em princípio, ter mais poder que os sujeitos sócio-históricos emergentes no processo de libertação” (Dussel, 2012, p. 561). Sucede que tal qual a ética da alteridade, também “a práxis de libertação não mostra a sua factibilidade primeiramente a partir de seu próprio poder, mas, ao invés, a partir da fragilidade de todo o sistema dominante em seu momento de crise” (Dussel, 2012, p. 561). Trata-se da fraqueza que é força, valor moral, baluarte preenche de sentido. E a força que é violência não basta para impedir a libertação, pois “a mera existência da vítima organizada e crítica já é manifestação de crise do sistema” (Dussel, 2012, p. 561).

Em virtude de séculos de opressão, as comunidades de vítimas desenvolveram uma criatividade surpreendente. Ainda que as correntes de exploração se fechem com impiedade ante o menor sinal de liberda-

de, as periferias geográficas e existenciais encontram múltiplas possibilidades de se fortalecer e manter viva a utopia da esperança.

Como lembra Dussel (2012, p. 562), “é por entre as fissuras do poder dominante que a ‘força’ da comunidade libertadora, aparentemente sempre mais fraca, deve ‘calcular’ instrumental e estrategicamente suas possibilidades de movimento”. Apenas a título de exemplo, vale citar os povos indígenas e as comunidades quilombolas que seguem persistindo com ousadia e resiliência aos massacres cotidianos a que são submetidas.

Essa resistência é uma ameaça intolerável para a Totalidade, conforme já dito acima. Porque, antes de qualquer aspecto, possui o potencial de despertar novas consciências e acender novas lutas. E o mais aterradorizante para os senhores de sempre é que nenhuma prisão criada até agora (e foram muitas!) bastou para calar o grito pela liberdade.

De outro modo, “a práxis da libertação é o ‘perigo’ por excelência porque enfrenta o poder ilegítimo com a fraqueza da corporalidade indefesa (ou com meios sempre inferiores mas legítimos) das vítimas” (Dussel, 2012, p. 566). Uma fraqueza que desestabiliza a dominação e por isso é teimosamente perigosa.

Às críticas de que a filosofia da libertação pretende apenas desconstruir as estruturas, sem propor nada de efetivo, não encontram nenhum sustentáculo. Ademais, o *telos* da ética brevemente exposta aponta para a salvaguarda de uma vida digna para os oprimidos. Ou

seja, “o ‘bem’ supremo – que mede todo outro bem – é a *plena reprodução* da vida humana das vítimas” (Dussel, 2012, p. 570).

Logo, nenhum ser humano espoliado pode ser esquecido. Afinal, basta “um ‘rostro’ de todos os ‘rostos’ de todos os Outros invisíveis” (Dussel, 2012, p. 568) para que se perceba que “em cada vítima concreta está a vítima universal, que se revela como epifania dos rostos de todos os rostos particulares” (*idem, ibidem*, p. 568). Assim, toda vítima remete a uma comunidade mais ampla que clama por uma alternativa digna. Nessa esteira preleciona Dussel (*ibidem*, p. 566):

“Libertar não é só quebrar as cadeias (o momento negativo descrito), mas “desenvolver” (libertar no sentido de dar possibilidade positiva) a vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam à mera reprodução como repetição de ‘o Mesmo’ – e, simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas. Ou é, diretamente, construir efetivamente a utopia possível, as estruturas ou instituições do sistema onde a vítima possa viver, e ‘viver bem’ (que é a nova ‘vida boa’); é tornar livre o escravo; é culminar o ‘processo’ da libertação como ação que chega à liberdade efetiva do anteriormente oprimido. É um ‘libertar para’ o *novum*, o êxito alcançado, a utopia realizada”.

Em síntese, o princípio-libertação, vinculativo a todo ser humano, implica no “dever de intervir criativamente no progresso qualitativo da história [para] transformar por desconstrução negativa e nova construção positiva as normas, ações, microestruturas, instituições ou sistema de eticidade, que produzem a negatividade da vítima” (Dussel, 2012, p. 564). Além disso, deve-se recordar que a referência última será a

comunidade crítica de vítimas, sujeito sócio-histórico com seu rosto-refém específico, que irá liderar a práxis de libertação.

No mais, a consciência de que não se trata de um bem perfeito, mas histórico não deve causar desânimo nem desilusão. Isso porque, com o avanço desse processo e com a libertação das vítimas, novos oprimidos surgirão a partir da reconfiguração das velhas instituições e estruturas. Assim, a ética da libertação abre um horizonte inacabado, diria Merleau-Ponty, de permanente prontidão e tensão crítica quanto a toda Totalidade dominadora.

III. A ALTERIDADE NEGADA NO CÁRCERE

Para que se possa analisar a alteridade negada no cárcere, dois pressupostos são necessários. Primeiro, é preciso reafirmar que não se nega a importância da existência de um sistema jurídico-político, com suas microestruturas de poder e instituições que garantam uma mínima organização social. Afinal, considerando o nível de complexidade das sociedades atuais, prescindir de uma tal estrutura seria inimaginável, pois inviabilizaria a própria vida em comunidade. Nesse sentido, pontua o filósofo judeu, admitindo, inclusive um certo grau de coação legal que garanta a efetividade do Estado:

Dissemos anteriormente que a origem daquilo que tem sentido no rosto do outro exige, contudo – frente à pluralidade de fato dos seres humanos –, a justiça e o saber; o exercício da justiça demanda tribunais e instituições políticas e até – paradoxalmente – alguma violência, que toda justiça implica (Levinas, 2014, p. 30).

O segundo pressuposto consiste em descartar, como referencial, toda e qualquer visão ingênua e idealizada da comunidade de vítimas encarceradas. Como seres humanos, estas possuem suas incoerências, contradições e falhas, devendo responder por elas perante a sociedade e o poder constituído. Colocar seus sofrimentos e suas individualidades violentadas em enfoque não significa sobremaneira desconsiderar ou minimizar as consequências de seus atos e ações. Muito menos implica em menosprezar a dor, algumas vezes irremediável, dos atingidos por seus crimes.

Pretende-se, apenas, tratar brevemente acerca destes rostos vulnerabilizados pelo próprio sistema. Eles próprios são vítimas de um Estado impiedoso e violador da alteridade colocada sob a sua custódia. Ademais, por piores que tenham sido seus delitos, sua dignidade humana deve permanecer resguardada. Levinas (2004, p. 277) entende que *“el Próximo, revelándose por el rostro, es el primer elemento inteligible antes de las culturas, antes de sus aluviones y sus alusiones”*. Ou seja, ainda que o ordenamento jurídico assim não o dispusesse, o valor de Outrem precede toda estrutura e *“queda afirmada así la independencia de la ética respecto de la historia”*.

Segundo os dados do último levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Mori, 2024), o Brasil possui 663 mil pessoas presas, sejam presos provisórios bem como os condenados que se encontram em regime fechado e semiaberto. Considerando aqueles que estão no regime aberto, nas delegacias da Polícia Civil e que cumprem medida de segurança ou monitoramento eletrônico, o montante sobe para

888 mil encarcerados. Esta cifra coloca o país na terceira posição no *ranking* mundial de maior população carcerária, atrás apenas de Estados Unidos e China.

O índice de superlotação chega a 32% acima da capacidade das penitenciárias do país. Ou seja, há um déficit de mais de 175 mil vagas. Isso resulta em meios de cumprimento de pena indignos e degradantes. O cenário penitenciário é absolutamente desolador. As condições sanitárias das prisões são insalubres e desumanas. A grande maioria delas provavelmente seria reprovada e fechada em uma simples inspeção da Vigilância Sanitária, caso esta ocorresse.

Em que pese não seja o objetivo deste trabalho, uma superficial análise do ordenamento jurídico permite afirmar que o país possui uma legislação com garantias e direitos mínimos aos encarcerados. Como uma nação que figura no mais seletivo e destacado rol, o Brasil é detentor de importantes e avançados mecanismos jurídicos de proteção aos direitos humanos, além de ser signatário de convenções e tratados internacionais que contêm fundamentais salvaguardas nessa temática.

Entretanto, a prática jurídico-política revela-se bastante distante de todo esse paradigma teórico-legal. Todo aquele que já visitou alguma prisão brasileira pode atestar, sem a menor dúvida, que incontáveis dispositivos legais são cotidianamente e comumente descumpridos. As flagrantes violações das proteções mais basilares em qualquer Estado Democrático de Direito parecem saídas de verdadeiras histórias de terror.

A lei é relativizada, sem pudor algum por aqueles que deveriam zelar pelo seu cumprimento, para dar guarida à perpetração das mais atrozes perversidades da Totalidade. Entre elas, pode-se citar uma lista infundável, por exemplo: o fornecimento de alimentação estragada e de má-qualidade; a falta de condições básicas de salubridade nas celas, com a infestação de insetos e animais peçonhentos que causam problemas de saúde; longos períodos constantes sem acesso a água potável; descumprimento do direito ao banho de sol diário; inexistência de acesso a remédios e a tratamentos médicos; não fornecimento de uniformes e de kits básicos de higiene (sabonete, escova de dente, creme dental, aparelho de barbear, absorventes femininos etc.); cumprimento de pena superior ou regime mais gravoso ao estabelecido na sentença; castigos e punições sem qualquer amparo legal, inclusive com isolamentos extremos, entre outros.

Infelizmente, não é preciso procurar muito para se deparar com relatos verossímeis de ameaças, agressões e torturas praticadas por agentes penitenciários e/ou policiais contra os encarcerados. Essas narrativas são acompanhadas de marcas e sinais evidentes que corroboram suas denúncias. Algumas dessas arbitrariedades são exercidas, até mesmo, com retoques de crueldade, sem qualquer possibilidade de defesa. Isso seria facilmente comprovado com uma rápida verificação das autoridades competentes.

Há uma racionalidade da violência impregnada nas microestruturas de poder que controlam os cárceres, no Brasil. Predomina um pensamento entranhado e fechado na sua lógica própria da Mesmidade, conforme denuncia Levinas. Quer dizer, ou se é “represen-

tante da lei e da ordem” e, portanto, “cidadão de bem” com autorização para dominar o Outro marginal, ou se pertence a classe dos não cidadãos, desprovidos de dignidade e direitos, passíveis de serem submetidos. Essa é a “verdade” propalada pela Totalidade, uma vez que “a relação ao Outro é transformada em violência como se violenta o dom das coisas” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 114). Ou seja, “o outro homem está incluído no interior do horizonte de sentido do ser ou em vista da compreensão da verdade” (*idem, ibidem*, p. 114).

De acordo com a perspectiva dominante, os encarcerados nada mais são do que fracassados. Alguns fracassaram em suas famílias e relacionamentos pessoais, outros foram fiascos como profissionais no exigente mercado de trabalho, por fim, quase todos experimentaram verdadeiras decepções na convivência social, em um país fortemente injusto e excludente. E, em uma sociedade que preza pelo sucesso e pela meritocracia, isso é um absoluto ultraje, um escândalo, um desapontamento inaceitável. Logo, precisam ser afastados o máximo possível do centro onde vivem os “bons” e enviados para longínquas periferias.

Sucedem que, no geral, essa população possui baixa escolaridade, com um grande contingente de analfabetos funcionais. Poucos nem sequer concluíram o ensino básico. A maior parte vem de meios socioeconômicos empobrecidos, tendo sofrido a falta da presença do Estado, por meio de políticas públicas efetivas de saúde, educação, lazer, cultura, esporte, moradia, transporte... Desde muito antes de serem tornarem vítimas do sistema carcerário, já eram vítimas da pobreza potencializada pela ausência estatal.

Provavelmente, o que muitos não devem ter sido privados foi de sofrer a violência policial. Trata-se de uma realidade comum nas periferias e comunidades empobrecidas dos centros urbanos, ao redor do país. Assim como nos presídios, a maioria dos habitantes desses lugares é de pessoas negras e pardas. Portanto, além de conviverem com os efeitos nefastos da pobreza econômica, são condenados às consequências pesadas do racismo estrutural que assola o Brasil. Trata-se aqui de uma herança da época da escravidão que perdura com insistência e muito atraso até a atualidade.

Nessa esteira, parece existir uma incongruência na afirmação da pena como medida de ressocialização dos condenados. Ora, somente se pode ressocializar quem foi alguma vez socializado, o que não aconteceu com muitos dos encarcerados. Quantas oportunidades lhes foram negadas? Quantos potenciais não foram enterrados? Quantos sonhos não foram ceifados? Esse brutal abandono do poder público certamente deixa marcas severas no desenvolvimento dessa comunidade.

Seria ingênuo, contudo, defender que a única causa para se cometer um crime advém da situação de pobreza e injustiça social. Mesmo porque existem dezenas de milhões de pessoas nessas condições e apenas um pequeno percentual praticou algum delito. Todavia, seria mais ingênuo ainda considerar que a imensa desigualdade econômica não contribui sobremaneira para empurrar muitos para a criminalidade.

Como se não bastasse, a repressiva e violenta resposta do Estado, que não é episódica, muito menos isolada, mas um consolidado modo de proceder, só faz surgir, invariavelmente, mais violência e ressentimento. Isso aprofunda o abismo entre o sistema e a

comunidade de encarcerados, tornando o diálogo cada vez mais raro e incompreensível. Assim, o ciclo vicioso prolonga-se indefinidamente, sem perspectiva de progresso.

Por medo de represálias e sem assistência jurídica mínima, muitas das vítimas optam pelo emudecimento humilhante. No fundo, há um silenciamento sistemático e proposital de suas corporalidades oprimidas. Resta evidente a complacência cúmplice e covarde de muitas autoridades do Poder Judiciário, que se tornam coniventes e omissas frente às denúncias que lhes chegam. Muitas delas ainda nem sequer disfarçam a sua desfaçatez diante da realidade de barbárie com que se deparam, optando por dar um aspecto de “normalidade” às violações estruturais.

A violência estatal parece suplantar uma possibilidade de libertação ao cassar a palavra dos prisioneiros, criando uma sociedade muda ou afásica, como preleciona Levinas (Ribeiro Júnior, 2005, p. 146):

Ele atribui à ontologia a responsabilidade pela violência praticada contra o homem. Ou seja, a ontologia o priva da palavra, ou da possibilidade de responder pelo outro, pois,

Neste mundo sem palavra, se reconhece o Ocidente inteiro. De Sócrates a Hegel, move-se a partir de um ideal da linguagem no qual a palavra não vale senão pela ordem eterna que conduz à consciência. Itinerário no qual o homem que fala se sente fazendo parte de um discurso que se fala. O sentido da linguagem não depende mais das intenções que se colocam nela, mas do Discurso coerente a quem o falante não empresta senão sua língua e seus lábios (...) Linguagem bloqueada, civilização afásica! Eis as palavras transformadas em sinais mudos de infraestruturas anônimas como os utensílios das civilizações mortas ou como os atos errôneos de

nossa vida quotidiana. Por causa da coerência, a palavra perdeu a palavra. Desde então nenhuma palavra tem a autoridade necessária para anunciar ao mundo o fim de seu próprio fracasso (DL 290).

Diante do alerta do pensador da alteridade sobre o fato de que “nenhuma palavra tem a autoridade necessária para anunciar ao mundo o fim de seu próprio fracasso”, o processo de libertação da comunidade dos encarcerados só acontecerá quando recuperarem a sua voz, cassada pela Totalidade. É imperioso e urgente que se denunciem todos os abusos ocorridos nas profundezas do cárcere. A imundície encoberta precisa vir à tona, jogando-se luz às trevas do arbítrio e crueldade a que são submetidos milhares de seres humanos.

Os Rostos dos encarcerados precisam emergir dos porões fétidos e superlotados dos calabouços brasileiros. Só, então, a nudez radical e questionadora de seus corpos poderá interromper a subjetividade ética que age para dominá-la. Nesse momento, a libertação surgirá como possibilidade efetiva. Ademais, “a *autonomia* da subjetividade consiste no fato de ela e somente ela poder responder ao Rosto que na sua nudez é linguagem, *palavra*, e não *Visão* e que a interpela e obriga a ocupar-se da *redenção* do Outro” (Ribeiro Júnior, 2005, p. 115-116). Mas, enquanto os Outros-vítimas permanecerem na periferia, como frias e indiferentes estatísticas, a alteridade no cárcere continuará sendo violada, com poucas possibilidades de enfrentamento.

CONCLUSÃO

No presente trabalho pretendeu-se abordar a problemática da alteridade negada no cárcere, segundo uma visão ético-político-filosófica. Para tanto, partiu-se da Ética da Alteridade e o seu pensar outramente, tendo como referencial primeiro o filósofo Emmanuel Levinas. No segundo momento, procurou-se contextualizar essa relação segundo os termos concebidos pela Ética da Libertação de Enrique Dussel. Por fim, tratou-se do Rosto encarnado como comunidade de vítima dos encarcerados, alteridade violada pela Totalidade dominadora.

A primeira parte procurou traçar um panorama da ética levinasiana, entendida como filosofia primeira e pós-metafísica, distinguindo-a das correntes eudaimonista e deontológica. O pensador judeu rompe com a neutralidade da existência e com a ontologia heideggeriana, marcada pela preponderância do ser e sua violência da totalidade.

Em contraponto, o pensamento da alteridade oferece uma ética da justiça, em que a responsabilidade pelo Outro, suscitada pela epifania do Rosto, antecede o próprio nível do ontológico e epistemológico. Um terceiro que, imerso em uma relação assimétrica para além da Mesmidade, implica a subjetividade ética com um mandamento (palavra) comprometedor. Sem qualquer destruição da individualidade, há um deslocamento de si para Outrem, rumo ao engajamento com a justiça social.

Por sua vez, na segunda parte desse artigo, optou-se por discorrer a partir de uma perspectiva latino-americana. Nesse sentido, a Ética da Libertação preocu-

pa-se com um filosofar em situação, ancorado sempre na gritante realidade de injustiça em que se encontra o povo deste continente, excluído dos benefícios de uma globalização selvagem e utilitarista. Com isso, a alteridade passa a ser compreendida como comunidade de vítimas, insubstituível no protagonismo do seu processo de libertação.

Essa práxis da libertação possui duas etapas necessárias. A primeira consiste na conscientização da sua condição de comunidade oprimida e vilipendiada na sua dignidade humana. Ao passo que se faz imprescindível, também, perceber e afirmar criticamente o valor intrínseco de sua cultura e características particulares. Assim, resiste-se à homogeneização empobrecedora do capitalismo internacional que deseja dominar as periferias a partir dos grandes centros de poder.

Para além de um suave reformismo, a filosofia da libertação não tergiversa, mas propõe, com uma importante dose de utopia, uma ação transformadora que altere as microestruturas de domínio e o próprio sistema vigente. Essa práxis deve reconhecer o sofrimento das vítimas e tê-las sempre como referencial último na luta por uma alternativa viável. Vale ressaltar que a força coercitiva (violência) usada para impedir esse processo deve ser considerada absolutamente ilegítima do ponto de vista ético-filosófico.

Por fim, a terceira parte adentrou propriamente a temática do cárcere e suas vítimas vulnerabilizadas. Essa comunidade de oprimidos só pode ser compreendida uma vez localizada na realidade prisional brasileira. Esta é uma situação bastante dramática, porque perpassada por violações sistemáticas de direitos fundamentais da pessoa humana. Os presídios, locais de

cumprimento das condenações impostas pelo Estado, antes de permitirem a ressocialização com dignidade dos encarcerados, são espaços de torturas e humilhações desumanas.

Assim, faz-se urgente e imprescindível a recuperação de uma ética da alteridade que permita enxergar no Rosto do Outro-encarcerado uma humanidade inalienável. Uma vez que a sociedade possa se confrontar, concreta e honestamente, com essas alteridades violadas, o mínimo de responsabilidade e justiça social deverá ser assegurado. Todavia, isso não se sucederá sem a práxis da libertação, oferecida por Dussel e sua *Ética*, em que a conscientização e a luta política são inerentes.

Essa obrigação ética, como já aprofundado, não pertence exclusivamente à comunidade das vítimas encarceradas, mas a todas as pessoas que compõem a sociedade na sua íntegra. Isso porque defender o contrário seria, covarde e confortavelmente, eximir-se da colaboração na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda que se saiba ser um processo longo, juntar-se a ele, no combate às utopias da morte, impõe-se como dever ético inegociável. Afinal, enquanto houver alguma alteridade violada, toda a alteridade estará ameaçada.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEVINAS, Emmanuel. **Difícil libertad**. Buenos Aires: Lilmod, 2004. (Estudios y reflexiones, 1)

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEVINAS, Emmanuel. **Violência do rosto**. São Paulo: Loyola, 2014.

MORI, Leticia. 96% homens, 48% pardos, 30% sem julgamento: o perfil dos presos no Brasil. **BBC News Brasil**, 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k4nmd3e2xo> Acesso em: 05 nov. 2024.

OXFAM BRASIL. Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial. **Oxfam Brasil**, 19 de janeiro de 2020. Disponível em: www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/html. Acesso em: 11 set. 2021.

PINTO, Carlos Rafael. Notas sobre o surgimento da filosofia da libertação na América Latina. **Rhema**, Belo Horizonte, v. 13, n. 42-44 (Edição Unificada), p. 219-224, 2007.

RIBEIRO JÚNIOR, Nilo. **Sabedoria de amar**: a ética no itinerário de Emmanuel Levinas. São Paulo: Loyola, 2005.

SAYÃO, Sandro Cozza. Sobre a excelência do humano: questões sobre ética e sentido em *Totalidade e Infinito* e *Humanismo do Outro Homem* de Emmanuel Levinas. In: SUSIN, Luiz Carlos et al. (org.). **Éticas em diálogo. Levinas e o pensamento contemporâneo**: questões e interfaces. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 43-63.

UOL. Desigualdade aumenta no Brasil, e 1% da população concentra 50% da riqueza. **UOL**, 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/24/distribuicao-riqueza-nacional---brasil.htm>. Acesso em: 11 set. 2021.

Gabriel dos Anjos Vilardi



Gabriel dos Anjos Vilardi. Jesuíta. É mestreando no Programa de Pós-Graduação em Direito Público da Unisinos. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2021) e graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Sua área de pesquisa abrange o Direito Constitucional e os Direitos Humanos, com foco no Direito Indígena. Foi membro da Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima (2022-2023), sob orientação do Regional Norte 1 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), onde viveu e trabalhou com os Povos Wapichana e Macuxi, na região Serra da Lua. Atualmente é membro do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, onde contribui com artigos, eventos e demais atividades, com ênfase em Povos Indígenas, Amazônia e Teologia Pública.

ARTIGOS DE GABRIEL DOS ANJOS VILARDI REPRODUZIDOS PELO IHU

- Destruição ambiental, Marina Silva e o lugar de cada um. Artigo de Gabriel Vilardi
- Finalmente haverá justiça para Vicente Cañas? Artigo de Gabriel Vilardi
- O jubileu, o papa e a anistia: haverá Esperança? Artigo de Gabriel Vilardi
- O adeus ao Papa da Indiferença. Artigo de Gabriel Vilardi



- Povos indígenas e as ameaças pré-COP30 aos seus territórios ancestrais. Artigo de Gabriel Vilardi
- Esperança: teimosa utopia ou desencarnada alienação? Artigo de Gabriel Vilardi
- 45 anos do martírio de Óscar Romero e uma Igreja em libertação. Artigo de Gabriel Vilardi
- Padre Lino Stahl: o missionário jesuíta que amou o Japão. Artigo de Gabriel Vilardi
- Papa Francisco: uma voz que clama no deserto. Artigo de Gabriel Vilardi
- Ante o fim da tirania da diversidade a resistência da alteridade. Artigo de Gabriel Vilardi
- Quantos quilos de minério vale uma vida indígena? Artigo de Gabriel Vilardi
- Brasil: nunca mais! O velho golpismo e a velha tentativa de anistia. Artigo de Gabriel Vilardi
- Governo Lula quer passar a boiada? A lenga-lenga da exploração de petróleo e o direito da Foz do Rio Amazonas. Artigo de Gabriel Vilardi
- Pedro Arrupe, SJ: o homem de Hiroshima e a Igreja encarnada nas dores do mundo. Artigo de Gabriel Vilardi
- Não vai ter COP 30! O Brasil que não sabe ouvir os Povos Indígenas. Artigo de Gabriel Vilardi
- João Batista Libanio: um teólogo imprescindível para os atuais tempos. Artigo de Gabriel Vilardi

- Emergência climática e a demarcação das terras indígenas como caminho de resistência ao colapso. Artigo de Gabriel Vilardi
- A historicização dos Direitos Humanos: os mártires da UCA e a resistência de Chico Mendes. Artigo de Gabriel Vilardi
- O início de um fim: a resistência contra a violência do patriarcado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Os rios secam e a floresta queima: a Amazônia e seus povos à beira da exaustão. Artigo de Gabriel Vilardi
- Os Povos Indígenas, a Constituição e a Descolonização do Direito. Artigo de Gabriel Vilardi
- Taizé: uma parábola de reconciliação para um mundo dilacerado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Governo se afasta do movimento indígena: tutela, falsa conciliação e PEC da morte. Artigo de Gabriel Vilardi
- Massacre do Rio Abacaxis: impunidade e omissão do governo federal. Artigo de Gabriel Vilardi
- Cinco anos do Sínodo para a Amazônia. Um sonho adiado? Artigo de Gabriel Vilardi
- Amazônia querida em perigo: a dança da Rede um Grito pela Vida. Artigo de Gabriel Vilardi
- Hélder, Luciano e Zumbi: bispos e profetas de uma Igreja em saída. Artigo de Gabriel Vilardi
- A proteção aos Povos Indígenas Livres e as ameaças do povo da mercadoria: resistência à pacificação forçada. Artigo de Gabriel Vilardi

- Quartas de debate: Massacre Guarani Kaiowá e o direito de (r)existir. Violência e omissão do Estado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Massacre Guarani Kaiowá e o direito de (r)existir. Violência e omissão do Estado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Inácio de Loyola e o peregrinar por uma Igreja mais humilde, servidora e sinodal. Artigo de Gabriel Vilardi
- Manuel Larraín e Hélder Câmara: Padres da Igreja Latino-Americana e rebeldes artífices do Vaticano II. Artigo de Gabriel Vilardi
- Raposa Serra do Sol sob ataque: o agro se lança contra os Povos Indígenas. Artigo de Gabriel Vilardi
- Emergência climática e o novo normal: o grito da Mãe Terra ecoa do Sul. Artigo de Gabriel Vilardi
- Padre Júlio, o incansável Lancellotti das Ruas, resiste contra o PL da Fome. Artigo de Gabriel Vilardi
- Dia Mundial do Refugiado e o desafio de realmar a realidade migratória. Artigo de Gabriel Vilardi
- E se fossem todos embora as religiosas, os religiosos e os padres LGBTQ+? Artigo de Gabriel Vilardi
- Os Povos Indígenas e os Direitos da Natureza: um caminho de ancestralidade. Artigo de Gabriel Vilardi
- Novo regime climático e a insistência na exploração petrolífera em Roraima: um desastre anunciado. Artigo de Gabriel Vilardi



- O (não) lugar das mulheres: o desafio de desmasculinizar a Igreja. Ciclo de estudos no IHU. Artigo de Gabriel Vilardi
- As veias abertas do trabalho escravo no Brasil. Uma chaga do século XXI. Artigo de Gabriel Vilardi
- Anticomemoração do Abril Indígena: Lula negocia o direito dos Povos Originários. Artigo de Gabriel Vilardi
- A quem interessa o esmagamento do encarcerado? Porque o fim da saída temporária é um retrocesso. Artigo de Gabriel Vilardi
- Irmão Vicente Cañas, SJ: um sinal de resistência e Ressurreição. Artigo de Gabriel Vilardi
- O chamado para desmasculinizar a Igreja. Por que a hierarquia tem medo de professoras negras nas faculdades de teologia? Artigo de Gabriel Vilardi
- Páscoa da Ressurreição: uma paz inquieta ou a paz dos cemitérios? Artigo de Gabriel Vilardi
- Sexta-feira da Paixão das mães que vivem o calvário da violência policial. Artigo de Gabriel Vilardi
- Óscar Romero: testemunho contra o autoritarismo. Artigo de Gabriel Vilardi
- O Golpe de 64 e a negação do direito à memória: por que temes, presidente Lula? Artigo de Gabriel Vilardi
- Influenciadores digitais católicos em debate no IHU. Uma comunicação para o amor? Artigo de Gabriel Vilardi



- Rutilio Grande, SJ: amigo dos pobres e precursor de Óscar Romero. Artigo de Gabriel Vilardi
- Um ano da Retomada na Serra da Lua: uma árdua caminhada. Artigo de Gabriel Vilardi
- Martírio e profecia na Amazônia: testemunhos para os nossos tempos. Artigo de Gabriel Vilardi
- Garimpo e barbárie: uma história de genocídio e de luta dos Yanomami. Artigo de Gabriel Vilardi
- Genocídio Yanomami em debate no IHU. Quanta vontade política existe para pôr fim à agonia do povo Yanomami? Artigo de Gabriel Vilardi
- No meio do caminho estava o CIMI: 50 anos do documento-denúncia “Y-Juca-Pirama” e a atuação do Pe. Antônio Iasi Jr, SJ. Artigo de Gabriel Vilardi
- Ya temí xoa: a Querida Amazônia como um caminho de resistência. Artigo de Gabriel Vilardi
- Padre Pedro Arrupe, SJ: o homem que não temia a mudança. Artigo de Gabriel Vilardi
- Dom Evaristo Spengler: um bispo segundo Cristo que aponta para Amazônia. Artigo de Gabriel Vilardi
- A retomada de um território ancestral: os povos que seguram a Mãe Terra. Artigo de Gabriel Vilardi
- Saúde mental e o suicídio indígena. Um problema de Estado. Artigo de Gabriel Vilardi
- São Romero da América e os Povos Indígenas: martírio e profecia. Artigo de Gabriel Vilardi



- A contribuição jesuíta para o nascimento do CIMI no Mato Grosso. Artigo de Gabriel Vilardi e Aloir Pacini
- Os Povos Indígenas e a Igreja de Roraima: uma caminhada de resistência e libertação. Artigo de Gabriel Vilardi
- Ver novas todas as coisas em Cristo desde a Amazônia. Artigo de Gabriel Vilardi
- José de Anchieta e a urgência de uma leitura decolonial. Artigo de Gabriel Vilardi



CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavarese
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élica Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas



- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Amo Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODE – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer

- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montaña
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmänn
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A *philia* como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzados – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari

- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odelso Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirceu Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Vigada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moysés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa



- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutrya de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bôe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Elair Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955) - Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 369 Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório - Raúl Zibechi
- N. 370 IA e a experiência da pobreza - Levi Checketts
- N. 371 O pluralismo jurídico e os sistemas jurídicos indígenas - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 372 Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos - Olivia Cristina Perez
- N. 373 Neomercantilismo de crise e as guerras de desordenamento global - Daniel Feldmann
- N. 374 Putin, Trump, Netanyahu: o mundo à beira de uma guerra total? - Silvia Ferabolli
- N. 375 Peter Singer e os 50 anos do livro *Libertação Animal* - Daan Stoop

 UNISINOS